

A FORMAÇÃO CONTINUADA E ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE AOS DESAFIOS DA EVASÃO ESCOLAR

THE CONTINUED EDUCATION AND PRACTICE OF THE EDUCATIONAL COORDINATOR COMPARED TO THE CHALLENGES OF SCHOOL DROPPING OUT

MAIOLINO, Elielma Velasquez de Souza¹

RESUMO:

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a formação continuada e a atuação do Coordenador Pedagógico dentro do contexto das evasões escolares na rede pública de ensino do município de Corumbá/MS. Essa análise foi obtida à partir do trabalho de conclusão de curso, requerido pelo curso de pós-graduação *latu sensu* em Coordenação Pedagógica, ofertado pelo Ministério da Educação e realizado por coordenadores das escolas públicas de ensino. Autores como: Arroyo (1997), Johann (2012), Gadotti (1995) e outros contribuíram com no diálogo teórico dessa pesquisa. Refletir a formação continuada do coordenador dentro do espaço escolar, juntamente com os pares que desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem, demonstra que ele é um forte aliado no desafio de superação da evasão escolar.

Palavras-chave: Formação continuada; Coordenador Pedagógico; Evasão Escolar.

ABSTRACT:

The present research aimed to analyze the Continued Education and Practice of the Educational Coordinator within the context of School dropping out in the public system of education in the Corumbá/MS. This analysis was obtained from the completion of course work, required by the of post-graduate *latu sensu* course in Pedagogical Coordination, offered by the Ministry of Education and accomplished by coordinators of teaching Public Schools. Authors as Arroyo (1997), Johann (2012), Gadotti (1995) and other ones have contributed to the theoretical dialogue of this search. Reflecting the continued training to Coordinator within the school space, along with the pairs who develop the teaching and learning process, shows that it is a strong ally in the challenge of overcoming school dropping out.

Keywords: Continuing Education; Pedagogical Coordinator; School dropping out.

¹ Professora Doutora em Educação (UFMS) da rede municipal de ensino de Corumbá/MS e cedida para o IFMS - Campus Corumbá. Email: elimaiolino@gmail.com

A FORMAÇÃO CONTINUADA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO

O curso em nível de pós-graduação *latu sensu* em Coordenação Pedagógica faz parte do Programa Nacional de Escola de Gestores da Educação Básica Pública como política educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), que tem como objetivo formar, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando a ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.

O currículo do curso é estruturado em torno do eixo Organização do Trabalho Pedagógico. Esse eixo sintetiza a dupla abrangência da função de Coordenação Pedagógica numa instituição educacional: o âmbito da escola compreendida como local social de formação crítica e cidadã e o âmbito da sala de aula, espaço em que a prática educativa acontece de forma planejada e intencional.

Diante de tais informações, foi possível analisar e refletir como as políticas educacionais são planejadas e implementadas na educação básica pública brasileira, considerando a problemática que perdura de longo anos, ou seja, a evasão escolar.

A pesquisa foi desenvolvida como parte do trabalho de conclusão desse curso de especialização em Coordenação Pedagógica ofertado pela UFMS, a qual teve como proposta de abordagem teórico-metodológica a pesquisa-ação que "considerando-a como um processo eminentemente interativo, a análise da qualidade da ação entre os sujeitos que dela participam é fundamental para definir sua pertinência epistemológica e seu potencial praxiológico" (FRANCO, 2005, p. 491).

No decorrer da elaboração do trabalho de conclusão, os coordenadores pedagógicos partícipes do curso tiveram disciplinas cuja fundamentação teórica apresentaram reflexões sobre a prática no cotidiano escolar e seu papel frente a problemática evasão escolar, bem como, estudos que apontaram que a educação não tem conseguido alcançar todos os cidadãos, no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.



Unesce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



No Brasil, a função de coordenação pedagógica nasceu na década de 1920, conforme atesta Roman (2001), com a tarefa de homogeneizar propostas pedagógicas, hierarquizar competências e catalogar as práticas pedagógicas. No decorrer do século XX e, sobretudo, no auge do tecnicismo da década de 1970, a dicotomização do trabalho pedagógico tornou-se potencializada com a estruturação da divisão entre planejamento e execução. A figura do coordenador pedagógico, revestida dos cargos de supervisão, orientação e inspeção escolar simbolizava o controle e a hierarquização do poder.

Freire (1982, p. 04) considera o supervisor, que hoje é o coordenador pedagógico, como sendo:

[...] primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele deve levar os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia sobre o seu trabalho sem, no entanto, se distanciar do trabalho coletivo da escola.

Portanto, o coordenador pedagógico se configura como peça fundamental para a articulação das novas demandas educacionais que estão presentes no sistema de ensino brasileiro principalmente com as questões relacionadas à inclusão, dificuldade de aprendizagem, indisciplina e formação inicial e continuada para o professor, pois sua atuação, no contexto da realidade de cada escola onde trabalha, juntamente com todo o corpo escolar, é que vai concretizar ou não em ações e propostas para tornar dinâmico o processo de ensinar e aprender.

Uma das principais funções do coordenador pedagógico, conforme os autores Davis, Nunes, Almeida, Silva, Souza (2001, p. 87) é:

[...] coordenar o trabalho pedagógico na escola e, ainda, intermediar a formação de sua equipe, segundo as necessidades e demandas presentes na realidade escolar em que atua. Compete-lhe, também, mobilizar a equipe escolar para que ela elabore/reelabore o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, auxiliando-a para que possa propor e implementar as medidas que, na visão do grupo, se fazem necessárias.

Além disso, o coordenador pedagógico absorve exigências, no desempenho do seu papel, que tem levado a tomar atitudes que, muitas vezes, não são acordadas pelos demais profissionais da escola, entre elas um acompanhamento mais próximo em

torno da metodologia aplicada pelo professor em sala de aula, por ser um fator que interfere na evasão dos alunos desmotivados.

A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A evasão escolar é um tema histórico que faz parte dos debates e reflexões da educação pública brasileira, mas que ainda faz parte dos dias atuais, ocupando espaço de relevância no cenário da política pública educacional. Em face disto, os debates acerca da evasão escolar, de alguma forma, têm considerado o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar do aluno e a atuação da coordenação pedagógica nesse contexto.

A cultura da evasão escolar no Brasil vem de longas datas, conforme estudos de Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 74):

A evasão escolar no Brasil é uma realidade desde o momento em que a educação passa a ser gratuita e pública, em 1824, porém o ensino público praticamente deixou de existir na maior parte das províncias, pois, durante todo o período colonial, essa instrução era predominante familiar.

O direito e a garantia de acesso e permanência aos estudos estão vinculados: a atuação e respeito dos educadores (professores, gestores); a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar; de organização e participação em entidades estudantis; participação dos pais e ciência dos mesmos no processo pedagógico e de participar da definição das propostas educacionais.

De acordo com Sêda (2002, p.57-58):

[...] a escola representa a presença do poder público numa comunidade, a direção do estabelecimento deve considerar se as ações que são desencadeadas no seu cotidiano respeitam os direitos dos alunos e das crianças e adolescentes que a procuram. Isto é, quando a escola deixa de matricular alunos por falta de vagas ou por falta de condições para atender crianças com necessidades especiais; suspende por falta de uniforme ou de material escolar, retém documentos da vida escolar dos alunos pelo não-pagamento da contribuição espontânea para a Associação de Pais e Professores; suspende ou transfere alunos por problemas disciplinares, de alguma forma está deixando de garantir o direito de acesso e permanência na escola.

Porém, o que ocorre é que a educação não tem conseguido alcançar todos os cidadãos, bem como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Para Arroyo (1997) o tema evasão escolar precisa ser considerada com atenção especial porque:

[...] a questão da evasão tem sido tratada como um jogo de empurra, em que na maioria das causas da evasão escolar, a escola atribui a responsabilidade a desestruturação familiar, ao professor e ao aluno não têm responsabilidade para aprender (1997, p. 23).

Assim, a legislação ao garantir a ampliação educacional preocupou-se com a quantidade inicial de alunos matriculados, sem se preocupar com a qualidade do processo durante o período letivo, com a qualificação do docente, com a estruturação do espaço escolar e com a problemática da evasão. A universalização do ensino fundamental brasileiro constitui um dos principais desafios a ser enfrentados pelas políticas públicas educacionais.

Hoje no Brasil, a evasão escolar se constitui como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. Conforme afirma Sousa (2011, p. 26), "a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje". Dessa forma, torna-se um desafio buscar entender as causas que levam os alunos a desistirem.

A família também é importante nesse desafio, porque a maioria dos motivos do abandono envolve questões relacionadas com a desigualdade de renda, obrigando os alunos a buscarem empregos com idade precoce, e a mínima escolarização familiar é fator de não estímulo aos filhos na continuidade dos estudos.

De acordo com pesquisadores sobre evasão escolar, muitas são as causas que permeiam a temática. Segundo Pereira (2003), os fatores que configuram a evasão escolar vão surgindo de acordo com o contexto social e com tempo, pois as transformações que ocorrem na sociedade oportunizam para que elas se apresentem como um sério problema, classificando-as da seguinte maneira:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.

Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.

Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.

Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola (PEREIRA, 2003, p. 54).

Além disso, a metodologia do ensino aplicada nas escolas ainda não se atualizou com as novas tecnologias requeridas na atualidade. Na busca de respostas para as causas da evasão escolar, há que se analisar o que está sendo efetivamente implementado para favorecer as condições acadêmicas e, conseqüentemente, melhorar o sistema de ensino nacional (TIGRINHO, 2008).

Johann (2012, p.12) destaca que:

Na maioria das vezes, é o próprio aluno que sente os efeitos da evasão, pois é quem mais sai prejudicado nesse processo. Em primeiro lugar, vive o sentimento de fracasso, principalmente se a evasão ocorrer por reprovação, concebendo uma autoimagem de incapacidade e inferioridade, em que até seu futuro profissional pode estar comprometido devido à falta de capacitação e habilitação.

Ora, Johann (2012) vai ao ponto central da problemática da evasão que muitas vezes não é levado em consideração no processo educativo: a sensação de fracasso e de incapacidade do aluno no processo educativo. Um aluno que se evade por dois anos consecutivos é um candidato muito forte a se tornar um indivíduo que desiste de estudar de vez, dado a esse sentimento de fracasso.

A escola, como qualquer instituição, funciona como um organismo: para que tudo ande perfeitamente e os objetivos sejam atingidos, cada parte precisa executar bem as respectivas funções. Registrar as situações de sala é essencial para aprimorar a prática do professor.

Quando se fala em aprimoramento docente, as respostas passam pelo apoio da equipe gestora e formação continuada. O registro reflexivo depende do professor é essencial para quem busca evoluir, e nessa evolução quem ganha necessariamente são professor e aluno.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O curso de especialização em Coordenação Pedagógica oportunizou a discussão da temática evasão escolar aos coordenadores pedagógicos que estavam fazendo o curso e que precisariam elaborar um projeto de intervenção sobre esse tema na instituição que atuavam a partir da definição do problema e da proposta de solução implementada no desenvolvimento do projeto.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados aos alunos, entrevistas semiestruturadas com professores e análises dos resultados publicados em Atas, com propósito de desvendar as possíveis causas/motivos que levam à evasão.

Foram eleitas duas escolas da rede municipal de ensino do município de Corumbá/MS para a implementação do projeto de intervenção, que posteriormente resultou no trabalho de conclusão de curso, considerando os maiores índices de evasão escolar, apresentado nas Atas dos resultados finais. Ambas as escolas situam-se em bairros que ficam na periferia do município, cuja realidade apresenta situações de risco, vulnerabilidade social e baixa renda econômica.

As escolas funcionavam nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) oferecendo desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos. A formação continuada dos coordenadores pedagógicos, que no momento também eram cursistas, era realizada semestralmente pela equipe da secretaria de educação, mas que dificilmente oportunizava estudos ou reflexões mais pontuais para o problema da evasão nas escolas pesquisadas.

O coordenador pedagógico necessita estarem sempre atentas às questões que emergem a educação, partindo da valorização dos profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados, essa visão nem sempre é executada com sucesso, visto que a falta de informação e qualificação, faz com que a sua prática seja equivocada.

É fundamental que o poder público estabeleça uma política clara e com objetivos bem definidos que garantam atendimento educacional de a qualidade e, ao mesmo tempo, respeite as diversidades socioculturais.

Segundo Gadotti e Romão,

[...] o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador, mesmo estando em condição de subemprego ou mesmo desemprego. Deve-se levar em conta a diversidade deste grupo social (...) requer pluralismo, tolerância e solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaço e na alocação de recursos. Esta população chega à escola com um saber próprio elaborado a partir de suas relações sociais e seus mecanismos de sobrevivência. (1995, p. 120)

É preciso investir continuamente nessa política, garantindo infraestrutura às instituições educacionais, condições dignas de trabalho e valorização profissional. Além disso, devem ser abertos canais de participação das escolas e da população na definição ou na reorientação dessa política.

Dessa maneira, os coordenadores pedagógicos implementaram o projeto de intervenção apontando os debates acerca da evasão escolar, que de alguma forma, têm considerado o papel, tanto da família, quanto da escola em relação à vida escolar do aluno e a atuação da coordenação pedagógica nesse contexto.

Com os dados estatísticos em mãos foi possível perceber que os altos índices concentravam-se no ensino fundamental das séries finais, onde a distorção idade-série era alarmante e um dos motivos da evasão. Os coordenadores pedagógicos cursistas elaboraram questionários com perguntas objetivas sobre o que levou o aluno a evadir a escola e as respostas obtidas foram de que não se sentiam motivados nas aulas devido a metodologia de ensino não ter significado para eles e outros porque necessitavam buscar trabalho para auxiliar nas despesas da casa.

Nas entrevistas com perguntas semiestruturadas realizadas com os professores que atuaram nas turmas com altos índices de evasão as respostas foram opostas, ou seja, alunos desinteressados e variedades de metodologias de ensino para estimulá-los.

Diante dos resultados apontados nos questionários e entrevistas, os coordenadores pedagógicos das escolas dessa pesquisa retomaram seus projetos políticos pedagógicos (PPP) para analisar o quê o documento dispunha a respeito desse tema/problema que as escolas estavam vivenciando e, perceberam que o PPP necessitava ser reelaborado com todos os membros da comunidade escolar e externa também.

Foram realizados momentos de estudos semanalmente, nas horas atividades dos professores junto com os coordenadores pedagógicos, focando principalmente a evasão escolar e os resultados desses estudos foram satisfatórios porque ao fazer a reflexão da sua prática pedagógica, tanto o professor quanto o coordenador sentiram a necessidade de mudar a ação pedagógica.

A pesquisa observou que a dificuldade de conciliar o trabalho com a escola, foi um dos principais motivos de evasão escolar na rede municipal de ensino de Corumbá, acompanhado da mudança de cidade. Mas esses fatores poderão ser revertidos à medida que a comunidade escolar fizer um trabalho de equipe, buscando uma meta única, no sentido de fazer com que haja condições dos estudantes se manterem na escola, seja conversando, observando e orientando, tanto o estudante como o docente, objetivando a diminuição da evasão, bem como, cumprir a proposta pedagógica que valorize o estudante e o professor.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir, por um lado, que o papel que o coordenador pedagógico vem desempenhando na escola nem sempre configura com as suas funções (que é de planejar e acompanhar o processo didático-pedagógico), muito menos entender e buscar meios de diminuir a evasão escolar dentro da escola que atua, devido conviver com dificuldades impostas pelas próprias condições de trabalho adversas a que são submetidos, constituindo obstáculos decisivos para a função.

Por outro, destacou a importância da formação continuada dentro do espaço escolar juntamente com os pares que desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem, objetivando o trabalho pedagógico coletivo, dinâmico, por meio de projetos, atividades extraclasse, atividades lúdicas, conscientização da família com o aluno e avaliação contínua.

Dessa forma, é importante que a escola tenha definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana.



Unesco
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Por exemplo, em relação às reuniões pedagógicas que ocorrem na escola, é imprescindível que a coordenação pedagógica aborde as causas da evasão escolar (por meio do acompanhamento eficiente da frequência), ou seja, essa atitude ajuda a mapear o problema e identificar os motivos dessas ausências frequentes.

Dependendo da razão, é possível escolher a melhor forma de reverter o quadro: conversar com pais e alunos, visitas às famílias, aulas de reforço e campanhas internas e na comunidade.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fracasso - sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica. In: ABRAMOWICZ, A, MOLL, J. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papyrus, 1997.

DAVIS, Claudia Leme Ferreira, NUNES, Marina Muniz Rossa, ALMEIDA, Patrícia Albieri de, SILVA, Ana Paula Ferreira da, SOUZA, Juliana Cedro de. Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. (Fundação Carlos Chagas, Fundação Victor Civita). Fundação Victor Civita. **Estudos e Pesquisas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <www.fvc.org.br/estudos>. Acesso em: 20/10/2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Rev. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, P. Educação: Sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **O Educador: Vida e Morte**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 1995.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo**. (Dissertação) Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo - RS, 2012.

PEREIRA, Luiz Felipe Scherwenski (2003). **Violência e evasão escolar**. Disponível em: <<http://www.al.urcamp.tche.br/ViolenciaEvasaoEscolar.doc/>>. Acesso em: 22/10/2015.

SÊDA, Edson de Moraes. **A criança e perfeito estadista**: guia do estatuto da criança e do adolescente para prefeitos municipais e sua equipe. Rio de Janeiro: Adês, 2002.

SOUSA, Antônia de Abreu (2011). **Evasão escolar no ensino médio**: velhos ou novos dilemas? Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1220/641>>. Acesso em 13/12/2015

TIGRINHO. Luís Maurício V (2008). **Evasão escolar nas instituições de ensino superior**. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php/edicoes/135-173/649-evasao-escolasr-nas-instituicoes-de-ensino-superior.html>> Acesso em 01 jun. 2015.

XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo, SP: FTD. 1994.